INTERLOCUÇÕES DOS PENSAMENTOS FEMINISTAS NEGROS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Hellen Pabline Leal CONCEIÇÃO, Universidade Federal do Piauí, Brasil, hpablinelealconceicao@gmail.com

Joseanne Zingleara de Soares MARINHO, Universidade Estadual do Piauí, Brasil, joseannemarinho@cchl.uespi.br

1. Pensamentos feministas negros para a construção do conhecimento histórico

Professoras/professores-pesquisadoras/pesquisadores[1], apresentamos aqui uma parte do Caderno de Atividades "Pensamentos feministas negros nas aulas de história: possibilidades para uma educação antirracista (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental)"[2], desenvolvido a partir dos estudos sobre as possibilidades teórico-metodológicas que os pensamentos feministas negros oferecem aos anos iniciais do ensino fundamental para o componente curricular de História, do 1º ao 5º ano. Elaborado para ser lido por professoras/professores, as sugestões e teorias apresentadas podem ser pensadas e adaptadas para as áreas de humanidades dos anos seguintes do ensino básico, público e privado.

[1] A língua adotada como oficial no Brasil, o português, possui uma estrutura que privilegia o sujeito masculino. Cotidianamente, utilizamos expressões como "todos", "os sujeitos históricos", "os professores", "os pesquisadores", dentre outras palavras, para significar uma coletividade composta por homens e mulheres. Acreditamos que essa perspectiva da língua formal, que habituamos a exercer em nossa fala e em nossa escrita, silencia outras pessoas. Por entender a importância de procurar alternativas na própria língua portuguesa que permitam revelar as problemáticas das relações de poder, seja na escrita ou na fala, assim como também expressar uma maior multiplicidade de existências, contra uma narrativa comum colonial, optamos por utilizar a estrutura "feminino/masculino" na escrita. Colocamos em evidência a presença feminina na história, ao trazer primeiramente a palavra que atribui essa conotação e, em seguida, trazemos o significante masculino. Porém, entendemos que ainda é uma escrita limitada, pois há vários grupos LBGTQIAPN+ que não se sentem contemplados com uma significação binária dos gêneros. Isso evidencia a urgência de mais espaços para as discussões que problematizem as limitações da língua portuguesa nas universidades e em nossas escolas.

[2] O Caderno de Atividade faz parte da dissertação "Sejamos todas/os professoras/es antirracistas: ensino de história e interlocuções dos pensamentos feministas negros para os anos iniciais do ensino fundamental". Tanto o texto da dissertação quando o Caderno de Atividade completos estão disponíveis em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748447

A fim de promover uma reflexão sobre a importância de conhecer perspectivas de pensadoras negras para o exercício de nosso ofício e práticas teórico-metodológicas como professoras/professores-historiadoras/historiadores, escolhemos quatro pensadoras negras para a composição do Caderno de Atividades: a nigeriana Chimamanda Adichie, a estadunidense bell hooks, a brasileira Lélia Gonzalez e a também brasileira Letícia Nascimento, do Piauí. Dedicamo-nos com maior profundidade a essas intelectuais, como suporte para pensarmos um Ensino de História Antirracista; no entanto, ao longo do Caderno de Atividades é possível encontrar outras referências a pensadoras negras e suas produções de conhecimento.

Dividimos o Caderno de Atividades em quatro capítulos temáticos, sobre cada uma das autoras, nos quais é possível conhecer partes de suas trajetórias de vida e contribuições para a construção do conhecimento. É importante saber que essas autoras elaboraram discussões e conceitos diversos ao longo de seu caminhar, por isso, diante das diversas possibilidades analíticas, nos dedicamos a alguns conceitos específicos.

O Caderno de Atividades dialoga com possibilidades antirracistas de relacionar raça e gênero para propor atividades e ferramentas conceituais, a partir dos pensamentos de intelectuais negras, que ampliem os sentidos das construções e silenciamentos dos corpos negros em nossas narrativas históricas, além de destacar a importância de trabalhar, nos anos iniciais do ensino fundamental, a identificação de crianças negras na escola. O material de intervenção contém sugestões de atividades e recursos audiovisuais que podem ser pensados e realizados em sala de aula a partir desses diálogos, como atividades com a utilização de bonecas Abayomi, perguntas dissertativas, sugestões de livros infantojuvenis, vídeos, músicas, jogos, contação de histórias, perfis de redes sociais e leituras acadêmicas.

Os pensamentos feministas negros possibilitam a ampliação de nosso olhar sobre as construções e silenciamentos em nossas narrativas históricas. Que autoras e autores utilizamos em nossas análises? Que mulheres e homens são apresentadas e apresentados em nossas narrativas históricas e de que forma? Pensar que nada é natural é um desafio que resulta em disputas e questionamentos que, por sua vez, refletem nossas identidades, brincadeiras e socializações no ambiente escolar e, por isso mesmo, podem abrir possibilidades de repensar e buscar mudanças, a fim de colaborar para uma educação antirracista.

Como escreve Conceição Evaristo (2016, p. 114), “enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução”. Assim, as leituras apresentadas não pretendem resolver sozinhas o longo processo de racismo e sexismo institucionalizados e estruturados em nossa sociedade brasileira – processo esse que atravessa nossas mentes, corpos, humanidades, instituições acadêmicas e escolares –, mas, sim, oferecer um diálogo, um combinado, a partir de vivências que não são só nossas, para colaborar com um movimento *trans*gressor e transformador que sabemos ser necessário, possível e em construção na educação básica.

2. Chimamanda Adichie: O perigo de uma história única

Chimamanda Adichie é escritora criativa nigeriana e grande nome do feminismo negro atual. Nasceu em 15 de setembro de 1977, em Enugu, embora tenha crescido em Nsukka, também localizado na Nigéria, continente africano. Quinta filha de seis irmãos, sua família é de origem cultural Igbo, com mãe e pai falantes de igbo. Sua mãe, Grace Ifeoma, graduou-se em Sociologia e exerceu o ofício de tabeliã. Seu pai, James Nwoye Adichie, foi professor de

Estatística da Universidade da Nigéria. Chimamanda Adichie completou o ensino médio no colégio da universidade onde seu pai lecionava e, posteriormente, estudou Medicina e Farmácia em Nsukka por um ano e meio, mas logo percebeu que não queria seguir essa carreira. Desde a juventude, teve contato com a literatura e escrevia suas próprias histórias.

Aos dezenove anos mudou-se para os Estados Unidos da América (EUA), com bolsa de estudos em Comunicação na Universidade de Drexel, na Filadélfia. Transferiu-se para a Eastern Connecticut State University, onde se formou em Comunicação e Ciências Políticas. Em 2003, defendeu seu mestrado em Escrita Criativa, e no mesmo ano publicou seu primeiro romance, Hibisco Roxo. Nos anos que se seguiram, a autora publicou outros romances ficcionais reconhecidos e premiados, que trazem histórias e dramas sociais de personagens nigerianos, assim como personagens imigrantes nos EUA. Em 2008, defendeu seu mestrado em História Africana pela Universidade de Yale, e publicou, em 2013, o romance Americanah, eleito um dos dez melhores do ano pelo New York Times Book Review e vencedor do National Book Critics Award.

Em 2009, sua conferência "O perigo de uma história única" no TED Talks ganhou visibilidade mundial, já somando mais de 20 milhões de visualizações no canal do YouTube.[3] Em 2013, sua segunda conferência no TED Talks, "Todos nós deveríamos ser feministas"[4], ganhou espaço nas redes sociais, fazendo parte da música Flawless da artista estadunidense Beyoncé. Ambas as palestras foram transformadas em livros. As conferências relacionam suas vivências e estudos acadêmicos para falar de como nossa ideia de sociedade hoje é construída a partir de uma visão histórica única contada pelos "vencedores", criando narrativas desumanizadoras, limitadas e unicamente negativas sobre as pessoas negras.

Chimamanda Adichie (2019) conta que seu primeiro contato com a literatura foi através de romances britânicos e estadunidenses. Neles, os personagens eram pessoas brancas de olhos azuis, que brincavam na neve e que falavam sobre como era bom um dia finalmente ficar ensolarado. Temáticas distantes de sua realidade, porém foram as histórias às quais teve acesso. Quando começou a escrever suas próprias histórias, ainda criança, os personagens descritos eram os mesmos que ela cresceu lendo, assim, percebeu o "quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância" (Adichie, 2019, p. 13), pensava que as histórias só poderiam ser contadas dessa forma. Mas, ao conhecer livros africanos, descobriu que pessoas como ela também poderiam existir na literatura. Outras possibilidades de mundos se tornaram possíveis para a pensadora, passando a ser esses os personagens que protagonizariam os livros que ela viria a escrever.



[3] https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ
[4] https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc

Ao longo de sua trajetória, Chimamanda Adichie (2019) foi colhendo vivências sobre o que nomeou o perigo de uma história única. Quando se mudou para os EUA, percebeu que as outras pessoas tinham histórias únicas sobre ela, ao saberem que veio da África. A autora comenta que, o que essas pessoas conheciam do continente africano eram apenas histórias de tristeza, doenças, pobreza, paisagens de savana e animais exóticos. Percebeu, também, que ela própria tinha formado em seu imaginário histórias únicas acerca de outros grupos sociais. Afirma que todas essas histórias únicas estão ligadas às relações de poder, que "é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva" (2019, p. 23), podendo criar discursos únicos acerca de experiências negativas sobre um povo, impedindo que um olhar seja lançado para as outras características e histórias que o formam. A temática discutida nos permite entender que

> [a]s histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Chimamanda Adichie propõe dialogar com a diversidade dos grupos sociais, para que estes possam contar as versões de suas próprias histórias, as partes negativas e as positivas, reconhecendo nos conhecimentos desenvolvidos por pessoas negras um importante aporte epistemológico para refletir outros lugares e a multiplicidade de humanidades possíveis.

3. bell hooks: O feminismo é para todo mundo

bell hooks foi professora, pesquisadora, escritora, teórica feminista e crítica cultural estadunidense, referência no movimento negro e feminista. Batizada com o nome Gloria Jean Watkins, adotou o pseudônimo bell hooks em homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks. Escrito todo em letras minúsculas, a estudiosa buscou utilizar o nome desta maneira como forma de se contrapor aos padrões tradicionais da academia. Nasceu em 25 de setembro de 1952, no sul dos Estados Unidos da América (EUA), em Hopkinsville, Kentucky, e faleceu em 15 de dezembro de 2021, em Berea, Kentucky. Sua mãe, Rosa Bell Watkins, foi dona de casa e seu pai, Veodis Watkins, era zelador. Foi criada com mais cinco irmãs e um irmão.

Na década de 1950, no sul dos EUA, uma das poucas opções de carreira para mulheres negras era a docência, então, desde a infância, se viu destinada a ser professora. Nos seus primeiros anos de formação escolar, bell hooks estudou em escolas públicas, no contexto de segregação racial, destinadas apenas a crianças negras, com aulas ministradas em sua maioria por professoras também negras. Desde nova, gostava de escrever e encontrou nestas escolas um ambiente de valorização da criatividade, com uma pedagogia que não estava voltada apenas para transmissão de conteúdos, mas para uma experiência educacional anticolonial e de resistência.

Na adolescência, perdeu o gosto pelo ambiente escolar, pois passou a frequentar escolas dessegregadas. Em um contexto de ações afirmativas da luta dos movimentos pelos direitos civis – em especial do movimento negro, que lutou contra as leis que oficializavam a separação entre pessoas negras e brancas nos assentos de transportes, nos bebedouros, nas escolas etc. –, a estrutura escolar de então ainda carregava a posição de subordinação para pessoas negras. Esperava-se a obediência, com aulas lecionadas por professores brancos que subjugavam a humanidade desse público e com um conhecimento centrado no acúmulo de informações.

Formou-se em licenciatura em Letras na Universidade de Stanford, na Califórnia, em 1973. Na academia, bell hooks também encontrou um ambiente autoritário. Neste espaço, lutou para ser uma pensadora independente e insurgente, por acreditar que a educação tem a capacidade de nos fazer livres. Em 1976, concluiu o mestrado em Inglês, na Universidade de Wisconsin-Madison. Em 1983, concluiu o doutorado em Literatura, na Universidade da Califórnia, com um trabalho sobre a escritora negra Toni Morrison. Foi professora em diversas universidades e escreveu livros que abordam temas que dialogam com a pedagogia crítica, produção cultural, amor, autoestima e as relações de raça, gênero e classe.

Autora de diversos livros como: *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo* (1981) e *Teoria Feminista: Da margem ao Centro* (1984), partiu de sua experiência de vida e atuação dentro do movimento negro e do movimento de mulheres, ao questionar o machismo dos militantes homens negros e o racismo dentro do movimento feminista hegemônico branco de classe média. Encontrou nos escritos do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, um suporte teórico que iria ajudar a elaborar seu entendimento da educação como uma ação libertadora e uma pedagogia crítica. Dessa relação surgiram obras como *Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade* (1994).

Sempre preocupada em desenvolver uma pesquisa que atingisse também as massas, bell hooks escreveu livros em uma linguagem acessível, como comenta em O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras (2000). Também produziu livros infantis, como *Meu crespo é de rainha* (1999), *Minha dança tem história* (2002) e *A pele que eu tenho* (2004) por acreditar que "a literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas" (Hooks, 2019, p. 46).

Em seu livro Teoria feminista: da margem ao centro, escreve que "o feminismo autoriza homens e mulheres, meninos e meninas, a participarem em condições iguais da luta revolucionária" (2019, p. 118). Ao fazer essa reflexão, a pensadora entende que o movimento feminista deve dialogar com todas as formas de opressão, por entender que a raça e a classe promovem diferentes maneiras de vivenciar o mundo. Lutar contra o patriarcado não nega o fato de que homens negros não são beneficiados da mesma forma que os homens brancos na sociedade. Pela experiência do racismo, mulheres do movimento negro puderam verificar que possuem mais em comum com homens negros do que com a experiência vivida por mulheres brancas, em decorrência do sistema racista. Isso não significa dizer que as muitas mulheres negras não reconhecem o machismo exercido pelos homens negros, mas entendem que os homens também são afetados, com as devidas observações, pelo sistema patriarcal racista, que os tolhem de sentir, objetifica seus corpos e cria estereótipos de marginalidade de crianças e adolescentes. Não é possível lutar contra o sexismo se não for junto com os homens. O feminismo é um movimento político que procura transformar a sociedade como um todo e, para isso, é necessário a participação de todas e todos.

É importante que pessoas brancas participem da luta antirracista, que contribuam, que entendam seu lugar enquanto pessoas brancas racializadas que recebem privilégio em uma sociedade organizada de forma hierárquica, para, assim, também lutar contra essas estruturas. Da mesma forma, a pensadora destaca a importância de homens também entenderem que possuem um papel fundamental na luta feminista, como visto no livro *Teoria Feminista: da Margem ao centro*, "isso não significa que os homens estejam mais preparados para liderar o movimento feminista; significa que eles deveriam participar da luta de resistência tanto quanto as mulheres" (Hooks, 2019, p. 137). Por isso, é interessante a perspectiva adotada pela pensadora bell hooks, de que o feminismo é para todo mundo, por entender que historicamente houve um movimento feminista branco hegemônico que excluiu diversos grupos. Grupos esses, que colaboraram e colaboram para desenvolver uma compreensão mais complexa da sociedade por entender que nossas sociedades são atravessadas por marcadores como raça, sexo, classe, idade, orientação sexual, entre outros.

bell hooks argumenta que antes de tudo é preciso mudar a nós mesmas e mesmos, pois mulheres e homens são educadas e educados para a manutenção de um sistema racista e sexista, que pode ser observado nos currículos, nas escolas, na academia e nos ambientes de sociabilidades. O movimento feminista precisa ser antirracista. Uma educação baseada em uma visão feminista crítica, que esteja disposta a educar garotos e homens, junto com a conquista de direitos de garotas e mulheres, pode renovar nossos homens, e elaborar um movimento que seja realmente para todo mundo e colabore para uma sociedade igualitária.

4. Lélia Gonzalez: Amefricanidade

Lélia Gonzalez foi professora, pesquisadora, autora, intelectual e militante brasileira, referência no movimento negro e feminista, representa um nome de destaque nas discussões acerca de raça, mulheres e classe. Nasceu em 1 de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e faleceu em 10 de julho de 1994, no Rio de Janeiro, capital do Rio de Janeiro. Batizada com o nome Lélia de Almeida, foi a décima sétima de uma família pobre de dezoito filhos. A mãe, Urcinda Serafim de Almeida, era empregada doméstica de ascendência indígena e o pai, Acácio Joaquim de Almeida, era um operário ferroviário negro.

Lélia Gonzalez frequentou o jardim de infância pelo intermédio de uma família italiana, para a qual sua mãe trabalhou como empregada doméstica, que custeou sua escola. Mudou-se aos sete anos de idade para o Rio de Janeiro com sua família, quando o pai já havia falecido, para acompanhar seu irmão, Jaime Almeida, que jogaria no time de futebol Clube de Regatas do Flamengo, residindo na favela do Pinto. Ainda criança, trabalhou como babá. Com o crescimento do irmão em sua profissão, assim como a solidariedade de familiares e amigos, foi possível dar seguimento em seus estudos na escola Rivadávia Correia para mulheres e concluí-los no prestigiado Colégio Pedro II, com 19 anos. Ao longo de sua formação escolar, teve contato com o francês, vindo a se tornar tradutora da língua.

Formou-se em bacharelado e licenciatura em História e Geografia, no ano de 1958, na atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1962, cursou Filosofia. Realizou pós-graduação em Comunicação e Antropologia, cursos livres em Sociologia e Psicanálise, sendo uma presença marcante em suas análises a perspectiva desta. Ministrou aulas em instituições públicas e privadas nas áreas de filosofia, história da educação, história moderna e contemporânea, na educação básica e universitária, vindo a chefiar também departamentos universitários. Após casar-se com o colega de faculdade, de origem espanhola, Luiz Carlos

Gonzalez, adotou o seu sobrenome, que manteve mesmo após sua morte em forma de homenagem, que se tornaria marca da sua figura acadêmica, militante e pública. Vindo de um processo de entendimento pessoal contra um branqueamento acadêmico, aos 37 anos a estudiosa passou a ter uma presença mais frequente nos debates políticos e públicos. Sua aproximação com o candomblé também foi marcante para o desenvolvimento de seu pensamento intelectual e consciência negra.

É autora do enredo *A Revolta dos Malês*, do Carnaval do Rio de Janeiro de 1983. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), coordenou o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, empenhou-se no processo de consolidação do dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, participou de organizações de periódicos, como o jornal Mulherio, e do conselho editorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUerj), participou de partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), candidatou-se aos cargos de Deputada Federal e Estadual, e participou como palestrante em eventos acadêmicos nacionais e internacionais. Adotou em seus escritos e discursos uma linguagem fora do modelo acadêmico, o pretoguês, desobediente às regras normativas da gramática, com gírias e modos de falar cotidianos, que reflete a herança cultural africana no Brasil, para a sua militância intelectual e política. Após sua morte, continuou sendo presença no pensamento e denúncia do impacto do racismo na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez cunhou ideias como a de Amefricanidade, ao entender que a chamada América Latina é muito mais ameríndia e amefricana. A partir de sua análise, a categoria amefricanidade nos permite ultrapassar as limitações territoriais, linguísticas e culturais, ao possibilitar um entendimento mais profundo e amplo dessa parte do mundo em que se manifesta a América (seja a do Sul, Central ou do Norte). Os amefricanos seriam as sociedades desenvolvidas no espaço compreendido como Améfrica, que possuem um conjunto de experiências em comum, diferentes daquelas vivenciadas pelos africanos que permaneceram no continente África, que traçaram resistências e lutas contra a violência em meio aos sistemas de dominação racistas. Portanto, segundo Lélia Gonzalez, a Amefricanidade.

> Já na época escravista ela se manifesta nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e marron societies, espraiadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. E mesmo antes da chamada América pré-colombiana, ela já se manifestava, marcando decisivamente a cultura dos olmecas, por exemplo. Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos. (Gonzalez, 2020, p. 138, grifos da autora).

É pensando nos traços em comum diante de uma experiência dos sistemas de racismo e, principalmente, nas resistências e reinterpretações promovidas pelas pessoas negras e indígenas – na dança, na língua, na música, nas organizações políticas, nas roupas, nos cabelos etc. –, que Lélia Gonzalez (2020), propõe o conceito de amefricanidade, ao se referir à experiência comum entre mulheres e homens negras e negros do processo de diáspora, assim como mulheres e homens indígenas e suas lutas contra a dominação colonial. Seu

conceito propõe pensar todos os brasileiros, pois a presença de africanidade prevalece em nossas formações culturais. Segundo Claudia Cardoso (2014),

> Lélia Gonzalez procurou similaridades nos diversos contextos da diáspora negra de forma a desenvolver explicação em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos (Cardoso, 2014, p. 968).

Ao falar que a luta das pessoas negras se estabelece de forma diária, que desde o processo de escravização no Brasil já havia diversas manifestações de resistências, Lélia Gonzalez (2020) nos permite humanizar e reconhecer de forma positiva essa história que muitos grupos querem esquecida. Propõe que sejamos sujeitas/sujeitos do nosso próprio discurso, pois só na prática é possível perceber, construir, reconstruir nossa identidade. O pensamento da autora nos possibilita pensar as contradições internas das desigualdades raciais, desloca sujeitas/sujeitos negras/negros e indígenas para o centro da história, ao mesmo tempo em que propõe um olhar para si, para esse retorno necessário, de reconhecimento, da nossa amefricanidade.

5. Letícia Nascimento: Transfeminismo

Letícia Nascimento é mulher travesti, negra, gorda, de axé e ativista do movimento trans, como ela própria se autodenomina. Nasceu na cidade de Parnaíba, no estado do Piauí. Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), possui formação também em Arteterapia. É pedagoga e foi a primeira mulher travesti a se tornar professora efetiva da Universidade Federal do Piauí. É autora do livro *Transfeminismo*, lançado em 2021, parte da Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro.

Letícia Nascimento (2021), que cresceu em uma família acolhedora, encontrou na biblioteca da escola um lugar de desenvolvimento e gosto pela leitura. Conta que a escrita chegou em sua vida ainda muito nova e que, apesar de ter enveredado para uma escrita acadêmica, há nela uma escritora literária a ser explorada, afinal, na sua atuação também possui espaço a produção poética. Quando começou sua vida acadêmica, num espaço cuja produção de pensamento é predominantemente eurocentrada, Letícia Nascimento encarou a leitura como algo que precisava ser feito, uma obrigação. Apenas após ter contato com as teorias acerca dos feminismos, voltou a encontrar prazer no ato de ler.



Diante do seu processo de autoidentificação enquanto mulher travesti, suas referências positivas chegaram mais tarde, uma vez que os desenhos, filmes e novelas em sua infância e adolescência mostravam-se insuficientes para que ela pudesse se entender. A primeira vez que ela se reconheceu em uma produção audiovisual foi quando assistiu ao reality show RuPaul's Drag Race, ao conhecer Latrice Royale, um homem gay que performava uma Drag Queen negra e gorda.[5] É importante destacar que apenas recentemente pudemos observar nas grandes mídias e plataformas de streaming conteúdos que proporcionem visibilidade às diversas formas de existências, identificações e sexualidades.

> Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autodeterminação, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilar com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendo que não somos naturalmente generificadas, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos (Nascimento, 2021, p. 19).

Letícia Nascimento (2021) fala da infância como um campo de formação de humanidades, no qual as crianças têm nas brincadeiras instrumentos de aprender a ser. Na escola, lugar também formador, circulam discursos sobre quem pode ser ou quem não pode ser mulher, gerando experiências violentas para muitas crianças e adolescentes. Trazer a professora para nossas práticas nos leva a repensar e perceber a pluralidade no ambiente escolar, para juntas/juntos desenvolvermos estratégias que façam da escola um lugar de acolhimento.

A partir do seu processo de autodeterminação enquanto mulher travesti e dos estudos desenvolvidos acerca dos feminismos, a professora encontrou no transfeminismo o suporte para o desenvolvimento de suas pesquisas nesse campo. Assim, a pensadora negra entende que "o transfeminismo é o feminismo pensado a partir das experiências de pessoas *trans* e travestis. De pessoas que rompem com a ordem imposta em relação ao gênero hegemônico, que seria baseado na divisão sexual binária".[6] O transfeminismo nos instiga a pensar na desnaturalização biológica, por entender que também produzimos leituras sobre o nosso corpo no mundo.



[5] Para mais informações, acessar o Canal do Youtube Eu Leio LGBT, que apresenta no episódio "Podcast #020" uma entrevista com Letícia Nascimento: https://www.youtube.com/watch?v=SOMop2grFuE

[6] Fala disponibilizada para a Revista Catarinas, na matéria "Subverter o Cistema: o transfeminismo na voz de Letícia Carolina Nascimento": https://catarinas.info/subverter-o-cistema-o-transfeminismo-na-voz-de-leticia-carolina-nascimento/

O termo *trans* é utilizado para se referir a pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído em seu nascimento. A ideia de *trans* pode abarcar uma série de identidades, como as mulheres transgêneras, os homens transgêneros, transmasculines, transsexuais e pessoas não binárias. Letícia Nascimento (2021) traz o termo travesti como parte da identificação trans, mas destaca que é utilizado como uma identidade política de afirmação das identidades travestis, para valorizar e ressignificar um grupo que foi marginalizado ao longo da História. O termo travesti é usado por pessoas que foram designadas como homens no nascimento, mas se entendem com identidades femininas.[7]

O transfeminismo nos possibilita pensar a mulher para além do singular, pensar mulheres, pluralizar as nossas concepções sobre os corpos. Tal percepção das mulheres como múltiplas contribui para entendermos que as mulheres, por serem diversas em suas vivências, não são oprimidas da mesma forma, pois são atravessadas por diferentes marcadores sociais e culturais e, portanto, recebem diferentes leituras e são oprimidas de diferentes formas. A partir dessa elaboração de conhecimento, o gênero não é diretamente relacionado ao sexo biológico.

Não temos determinadas condutas, ou vestimos determinadas roupas, ou brincamos de determinadas brincadeiras, porque nascemos com o sexo masculino ou feminino, realizamos essas ações porque fazemos parte de uma construção social. O transfeminismo também questiona a concepção de que só podemos nascer homens ou mulheres, pois tal binaridade apaga a possibilidade das experiências de pessoas intersexo. Assim, "nós não somos nossos corpos, nós fazemos nossos corpos" (Nascimento, 2021, p. 40). Há várias maneiras de performar feminilidades e masculinidades, assim como também há pessoas cuja performance desvia da ideia binária do homem-sexo masculino e mulher-sexo feminino e não se sentem contempladas por nenhuma dessas classificações. Dessa forma, podemos entender, também, a pessoa *trans* como uma pessoa com gênero próprio, para além do homem e da mulher (Nascimento, 2021).

O transfeminismo é uma vertente do feminismo que considera a interseccionalidade e se posiciona contra um feminismo hegemônico e uma ideia única de mulher. É orientado por uma crítica ao sexo determinantemente biológico ligado diretamente ao gênero, ou seja, critica a ideia de que o sexo é determinante para a forma como a pessoa se expressa no mundo (Nascimento, 2021). Incluir o transfeminismo na prática diária de professoras e professores nos impulsiona a imergir ainda mais em reflexões sobre quais pessoas estamos falando em nossas aulas de histórias e de quais pessoas não estamos falando.

[7] Para aprofundar o assunto: https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans

Letícia Nascimento (2021) nos orienta que a diversidade não precisa criar hierarquias ou nos dividir, pois assim podemos agir coletivamente, contra as desigualdades e reconhecendo a luta de mulheres *trans* e travestis como fundamentais, importantes para se entender os feminismos. O transfeminismo também entende que devem ser valorizadas as experiências de todas as pessoas, transgêneras ou cisgêneras, pois esse conceito "pode ser útil para quaisquer pessoas que não se sintam pertencidas ao modelo sexista socialmente vigente, e não apenas às transgêneras" (2021, p. 89). Sugere, para as pessoas que queiram se aproximar das discussões transfeministas, que procurem mais dessas produções, por ser importante reconhecer e valorizar a epistemologia construída por pessoas *trans* como formas também de ler o mundo.

6. Sejamos todas/todos professoras/professores antirracistas

Em muitos contextos escolares, as crianças têm referências históricas de personalidades que corroboram com uma história única de humanidade. Por isso, pensar a pluralidade de sujeitas/sujeitos na história e as diversas possibilidades de existir é um ato de transgressão. bell hooks (2017, p. 22) salienta que "para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos. A voz engajada não pode ser fixa e absoluta". Assim, nossas construções de sujeitas/sujeitos devem ser repensadas para fluir a multiplicidade de existências possíveis em práticas pedagógicas em que o racismo e o sexismo devem ser questionados, pois são instrumentos estruturantes de sociedades desumanizadoras, para entender a educação como um terreno que aumenta nossa capacidade de sermos pessoas livres (Hooks, 2017).

Podemos entender o antirracismo como um compromisso, entre educadoras/educadores negras/negros e não negras/negros "com a eliminação do racismo e outras discriminações no ambiente escolar" (Cavalleiro, 2001, p. 141). Quando estamos diante de um ambiente escolar, seja sala de aula ou demais dependências, sem representações positivas de crianças negras de forma visíveis, em fotos, cartazes, ou mesmo nos livros didáticos e nos livros infantojuvenis, estamos diante de um espaço escolar que reproduz um sistema de valorização eurocentrado e branco.

Não expressar ou "esquecer", a existência de crianças não brancas no ambiente escolar passa a leitura de que essas crianças também não existem para além daquele ambiente, não se estendendo à sociedade. Esse lugar de falta, essas ausências marcam profundamente o processo de socialização e identificação das crianças negras. É preciso ter em mente que esse olhar deve ser tomado de forma ampla, pois a escola, enquanto instituição, é de responsabilidade governamental, no que se refere aos investimentos e à capacitação contínua das/dos profissionais que fazem parte desse espaço. Eliane Cavalleiro (2001) argumenta que uma sociedade igualitária depende tanto de ações governamentais quanto de ações da sociedade civil. A atitude antirracista é um compromisso individual, mas também é coletivo. Para a autora, o antirracismo perpassa um olhar crítico ao meio no qual está inserido. Ela sistematiza que a Educação Antirracista:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.

2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.

3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitosas.

4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as.

5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre diferentes grupos que constituem a história brasileira.

6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do "eurocentrismo" dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de "assuntos negros".

7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados (Cavalleiro, 2001, p. 158).

É interessante a forma como a intelectual estrutura esse conceito, pois ela primeiro entende a necessidade de reconhecer o problema do racismo. As intelectuais negras, a epistemologia desenvolvida por essas mulheres, nos instrumentalizam para reconhecer esse problema e entender o racismo como um sistema complexo que organiza nossa sociedade e nosso jeito de pensar, atingindo de diferentes formas mulheres e homens negros e mulheres e homens brancos. As intelectuais negras nos levam a ampliar o olhar e sofisticar nossas análises históricas.

Não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que, em função desta, podemos reproduzir, consciente ou inconscientemente, os preconceitos que permeiam nossa sociedade. A partir do momento em que tomamos consciência dessa realidade, será mais fácil perceber as construções eurocentradas que estão ao nosso redor, como nas nossas escolas, a partir dos livros didáticos, nas literaturas infantojuvenis e demais recursos audiovisuais, e elaborar ações contra essa organização social. Por isso, é importante pensar em uma educação antirracista, que não deve ser entendida apenas como respeito ou a simples tolerância às diferenças, mas como mudanças reais nas estruturas sociais. É necessário reconhecer o problema para, em seguida, haver uma ação.

Precisamos chegar antes, para que as crianças e adolescentes tenham um olhar crítico sobre a história brasileira e referências positivas de si. A escola aparece como espaço importante para se pensar e possibilitar essas significações positivas, é nela que convivem diferentes agentes sociais e da educação, e sua organização reflete as concepções de humanidade que nossa sociedade carrega. Uma educação questionadora, que objete o preconceito e a discriminação racial, leva as/os sujeitas/sujeitos a agirem em direção a uma sociedade justa. Por isso, a educação antirracista não deve ser debatida apenas por pessoas negras, mas também por todas as pessoas, não brancas e brancas. É uma luta individual, coletiva e institucional, que deve ser exercida também pelas universidades.

Esse Caderno de Atividades foi elaborado pensando em como instrumentalizar professoras e professores na adoção de práticas pedagógicas que assumam uma postura antirracista. Trouxemos intelectuais negras com o intuito de contribuir para um movimento de transformação, que é coletivo. Sintam-se à vontade para questionar, reler, discordar, ir além do que foi produzido. É no diálogo que podemos pensar nossas atitudes e nosso compromisso com uma sociedade mais igualitária, na qual crianças e adolescentes tenham a oportunidade de serem e se tornarem todas as possibilidades imagináveis. Sejamos todas/todos professoras/professores antirracistas.

Agradecimentos

As vivências proporcionadas pelo curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Alexandre Alves de Oliveira em Parnaíba, foram importantíssimas para a realização desse trabalho que colaborou para a obtenção do título de Mestra em Ensino de História. Junto às experiências proporcionadas pelo curso do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) a nível de Doutorado, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ambas instituições possibilitaram ricas trocas diante dos incentivos constantes do corpo docente. Agradecemos também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), pela bolsa concedida, viabilizando a aquisição das leituras teóricas necessárias, materiais utilizados e deslocamentos. Por mais incentivo aos projetos de pesquisas em nossas universidades e espaços escolares.

Referências

Adichie, C. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.

Adichie, C. (1977/2021). *Chimamanda Adichie*. https://www.ufrgs.br/africanas/chimamanda-adichie-1977/.

Almeida, M. (2021). bell hooks. *Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres da Filosofia*, 7(2), 21-33. https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/bell-Hooks/

Ballesteros, N. (2022). *Subverter o cistema: O transfeminismo na voz de Letícia Carolina Nascimento*. https://catarinas.info/subverter-o-cistema-o-transfeminismo-na-voz-de-leticia-carolina-nascimento/

Cardoso, C. (2014). Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, 22(3), 320.

Cavalleiro, E. (Ed.). (2001). *Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola*. Selo Negro.

Evaristo, C. (2016). *Olhos d'água*. Pallas; Fundação Biblioteca Nacional.

Eu leio LGBT. (2022). *Letícia Nascimento*. Podcast #020 [Youtube]. https://www.youtube.com/watch?v=SOMop2grFuE

Gomes, F., Lauriano, J., & Schwarcz, L. M. (2021). *Enciclopédia negra: Biografias afro-brasileiras*. Companhia das Letras.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.

Hooks, B. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Editora WMF Martins Fontes.

Hooks, B. (2019). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.

Hooks, B. (2019). *Teoria feminista: Da margem ao centro*. Perspectiva.

Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.

Ratts, A., & Rios, F. (2020). *Lélia Gonzalez*. Selo Negro.